



Fotografia do Arquivo Municipal de Paredes - Senhora do Salto, Aguiar de Sousa

# DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

2

Suplemento distribuído com a edição  
da Revista Cultural Orpheu Paredes 2022





## DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

2

Damos continuidade ao Dicionário das Figuras Históricas de Paredes, pelo segundo ano consecutivo, enaltecendo a vida e a obra de personalidades que se destacaram neste concelho. Para além do contributo do jornalista, escritor, professor e investigador, Manuel Abranches de Soveral (M.A.S.), conseguimos a colaboração para o

Dicionário de novos Amigos da Cultura, António Aresta (A.A.), professor na Escola Secundária de Paredes, e Carlos Ferraz (C.F.), técnico do Arquivo Municipal Histórico, com a introdução de verbetes.

Continuaremos este trabalho, estamos certos, com o vosso entusiasmo.



### ANTÓNIO JOSÉ DE SOUZA MACHADO 1862-1937

Personalidade proeminente de Paredes nos finais do séc. XIX e início do XX, foi quatro vezes presidente da Câmara (2.1.1890-3, 26.11.1900-2, 2.1.1902-5 e 23.3.1905-5) e duas vezes administrador do concelho (11.2.1893 - 97 e 18.2.1908-10). Foi senhor da Casa da Quebrada, em Mouriz (Paredes), onde nasceu a 13.8.1862, viveu e faleceu a 18.7.1937. Herdou da mãe a Quinta da Boavista, em Sobretâmega (Marco), que trocou pela Quinta das Caldas, em Canavezes (Marco), onde, com um sócio, fundou uma estância termal. Em 1895 foi um dos convidados para o almoço com o rei D. Carlos na Casa

da Granja. Era filho de João José de Souza Machado (v). Tinha 30 anos quando casou a 3.10.1892 na capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Livração da Casa do Outeiro d'Além, em Mouriz, com D. Margarida Adelaide Rodrigues de Meirelles Pinto Brandão (1864-1952), principal herdeira desta casa, filha do Dr. António Rodrigues Moreira (v) e sua mulher D. Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão. Herdou a Casa do Outeiro sua filha D. Maria Sofia de Souza Machado, casada com Henrique Nogueira Cabral, de Baião, com geração.

*Foto de 1893 da Coleção do autor*

M.A.S.





## AGOSTINHO RODRIGUES PINTO BRANDÃO

1859-1934

Notável médico militar, que esteve em África com Mouzinho de Albuquerque na célebre Campanha do Gungunhana, era natural de Paredes e pontificou neste concelho, onde nasceu e viveu depois de passar à reserva. Tenente-coronel-médico, cavaleiro das ordens de Avis e da Torre e Espada (11.2.1897), medalha de prata da rainha D. Amélia (1896) e da Cruz Vermelha (16.4.1896), licenciado em Medicina Cirúrgica pela Escola Médico-cirúrgica do Porto (1885), com a tese “Esboço de palpitações não symptomaticas”, editada em 1885 no Porto pela Imprensa Moderna. A 10.12.1895, Mouzinho de Albuquerque foi nomeado governador militar do distrito de Gaza, prosseguindo com a campanha militar iniciada no ano anterior, destinada a capturar Gungunhana, alcunhado o Leão de Gaza, que então punha em causa a soberania portuguesa no território que viria a constituir Moçambique. O Dr. Agostinho Pinto Brandão integrou esta companhia como cirurgião ajudante do Exército (6.10.1886) e médico da Cruz Vermelha, com notável desempenho (Vide “Anaes do Club Militar Naval”, tomo XXVII, de 6.6.1897). Passou a cirurgião ajudante

da Brigada de Artilharia de Montanha a 17.3.1888. Serviu depois como cirurgião ajudante da Regimento de Infantaria de Chaves (22.3.1890), sendo sucessivamente cirurgião-mor (4.7.1895), capitão-médico (11.9.1899) major-médico e subinspector e finalmente tenente-coronel, servindo também em Elvas e nos Açores. Passando à reserva, viveu na Casa do Outeiro, em Mouriz, onde nasceu a 11.3.1859 e faleceu solteiro a 28.3.1934. Na “Monografia de Paredes”, do Dr. José Corrêa Pacheco (v), vêm publicados alguns poemas do Tenente-coronel Dr. Agostinho Pinto Brandão, dizendo-se aí que publicou muita poesia em diversos jornais (Paredes, Penafiel, Chaves, Açores e Elvas), geralmente com o pseudónimo de D. Bran, que “dariam um grosso volume”, mas “que por excessiva modestia não tem reunido em volume os seus versos”, e que escreveu algumas peças para teatro “com grande elogio do público e da imprensa local”. Era filho do Dr. António Rodrigues Moreira (v) e sua mulher D. Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão.

*Foto da Colecção do autor*

M.A.S.



## ALÍPIO RODRIGUES PINTO BRANDÃO

1871-1920/

Director das Finanças de Paredes, era em 1910 recebedor das Finanças deste concelho. Licenciado em Engenharia pela Academia Politécnica do Porto. Nasceu a 13.9.1871 na Casa do Outeiro d'Além, em Mouriz, filho do Dr. António Rodrigues Moreira (v) e sua mulher D. Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão.

Casou com D. Otilia Laura de Barros, senhora da Quinta e Casa de Tourilhe, em Sobrosa (Paredes), filha sucessora de Francisco José Coelho de Barros e sua mulher D. Ana Augusta de Meirelles.

M.A.S.





## FRANCISCO MANUEL RODRIGUES PINTO BRANDÃO

1869-1939

Advogado, conservador do Registo Predial de Paredes (27.7.1895) e de Penafiel (28.3.1914), etc., foi bacharel (28.6.1893) formado (3.7.1894) em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasceu a 13.2.1869 na Casa do Outeiro d'Além, em Mouriz, e faleceu a 8.5.1939 em Penafiel. Foi 9º senhor da Quinta de Vales, em Cadeade, (Paço de Sousa), por "venda" de seu irmão o Padre Dr. Bernardo de Meirelles Pinto Brandão (v). Era filho do Dr.

António Rodrigues Moreira (v) e sua mulher D. Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão. Casou com D. Maria da Graça de Almeida Gonçalves de Carvalho (1873-1965), filha de Adão Gonçalves de Carvalho e sua mulher D. Engrácia Gonçalves de Almeida, moradores na sua Quinta da Mulra, em Bitarães. Com geração, entre a qual o conhecido jornalista da RTP José Rodrigues dos Santos, seu bisneto.

*Foto da Coleção do autor*

M.A.S.



## JOÃO RODRIGUES PINTO BRANDÃO

1856-1917

Licenciado em Engenharia Civil pela Academia Politécnica do Porto (30.7.1880), foi engenheiro-chefe das Obras Públicas do distrito do Porto (28.6.1902), e nessa qualidade dirigiu algumas obras públicas no concelho de Paredes e foi responsável pelas obras da barra e porto de Aveiro (de 2.8.1902 a 15.11.1906). Foi ainda chefe da 2ª Circunscção dos Serviços Técnicos da Indústria (17.7.1907) e director das Obras Públicas do distrito de

Castelo Branco (21.8.1911). Nasceu a 7.1.1856 na Casa do Outeiro de Além, em Mouriz, e faleceu a 16.7.1917. Era filho do Dr. António Rodrigues Moreira (v) e sua mulher D. Margarida Máxima de Meirelles Vidal Pinto Brandão. Casou com D. Lavínia Lobo, filha do Dr. Camilo Cândido Moreira Lobo, senhor da Casa do Crasto, em Besteiros (Paredes), e de sua mulher D. Serafina Sofia Cardoso Maldonado. Com geração.

M.A.S.



## FÉLIX ANTÓNIO PINTO BRANDÃO

1776-1865

Escrivão e tabelião do Juízo Ordinário do julgado de Paredes, foi senhor da Quinta de Guerfeixe, em S. Vicente de Irivo (Penafiel). Nasceu a 7.7.1776 na Quinta de Coreixas. Viveu na Casa de Valverde, em Gandarela (Cete). Era irmão do Major Aniceto Pinto Brandão (v). Casou a 12.9.1799 em Cete com D. Ana Marcelina de Souza Soares, filha do Dr.

Carlos José Soares, senhor da dita Casa de Valverde, e de sua mulher D. Rita Clara de França. Foram pais de José António Pinto Brandão (1801-1894), que sucedeu no cargo de escrivão e tabelião do Juízo Ordinário do julgado de Paredes e faleceu solteiro.

M.A.S.





## ANTÓNIO MOREIRA CABRAL 1833-1911

António Moreira Cabral [1833-1911], natural de Cête, concelho de Paredes, no distrito do Porto, começou a trabalhar aos 13 anos na Rua das Flores, um dos territórios tradicionais dos ourives na cidade do Porto. Subiu na vida a pulso e aos 30 anos estava estabelecido por conta própria. Amealhou paulatinamente uma enorme fortuna, investindo numa grande coleção de cerâmica [mais tarde comprada pela Câmara Municipal do Porto], e colecionando pintura, mobiliário antigo e joalheria diversa. Não consta que tivesse viajado para muito mais além do que as fronteiras do distrito do Porto, sequer pensado em tomar um navio para o Brasil ou para África. A sua paixão era a cultura, o conhecimento, os livros e as obras de arte. Joaquim de Vasconcelos [o marido de Carolina Michaelis] escreveu com graça: “um negociante, vivendo há 40-50 anos, ocupado com letras improdutivas, em vez de ganhar e amontoar pintos e boas moedas! Que desperdício de tempo! que falta de tino económico! diziam os colegas da rua das Flores. Que coragem! que gosto discreto! diremos nós. Que entusiasmo pelas glórias nacionais!”. Era um burguês ilustrado, probo e filantropo, daquela estirpe que Camilo Castelo Branco transplantava para os seus romances.

Com o tempo foi construindo uma grande livraria, com mais de sete mil volumes, recheada de preciosidades bibliográficas. Pelo Catálogo podemos constatar isso mesmo, o critério amoroso e compulsivo do colecionador de raridades e a faceta de leitor voraz. Citamos a título de exemplo: A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, de 1762 ; A Ásia Portuguesa de Manuel de Faria e Sousa, de 1666; As Décadas da Ásia de Diogo do Couto, de 1736. Mas há muito mais. As obras completas de Camilo Castelo Branco, António Feliciano de Castilho, Padre António Vieira, Garrett, Bocage e tantos outros, portugueses e estrangeiros. Ou as “Constituições do Arcebispado de Goa”, de 1810. Edições impressas em Macau, de Pedro Gastão Mesnier ou Feliciano A. Pereira. A coleção de obras judaicas também era notável. Possuía o único exemplar conhecido em toda a Península Ibérica da obra de Samuel Usque, A Consolação às Tribulações de

Israel, de 1552. A partir desta obra, e por solicitação do professor Mendes dos Remédios, permitiu que ela fosse reeditada em Coimbra, em 3 volumes, em 1906-1907. António Moreira Cabral promoveu a edição do Espelho de Casados de João de Barros, a partir da primeira edição, de 1540. Patrocinou diversos livros, entre eles as Antiguidades do Porto, do penafidense Simão Rodrigues Ferreira, em 1875. Entre os seus amigos mais conhecidos, estavam o escultor Soares dos Reis, Sampaio Bruno, Mendes dos Remédios, Carolina Michaelis, Tito de Noronha, o Abade de Miragaia, Oliveira Martins, Conde de Samodães ou Joaquim de Vasconcelos. Era um bibliófilo altruísta, como bem se nota. Mas a joia da coroa era a sua coleção camoniana. Era impressionante a qualidade e a quantidade de edições de Os Lusíadas: 1584, 1597, 1609, 1613, 1626, 1639, 1670, e muitas outras edições até ao ano de 1910. Possuía traduções de Os Lusíadas em diversas línguas: latim, espanhol, italiano, francês, inglês, alemão, sueco, polaco e húngaro. António Moreira Cabral era um ilustrado e erudito camoniano, tendo sido um dos fundadores da “Sociedade Nacional Camoniana”, no Porto, em 1880, que era “a reunião de todos os indivíduos de ambos os sexos, que queiram contribuir para o maior esplendor das letras pátrias, e em especial, para perpetuar a memória literária de Luiz de Camões, e de sua escola”. Os outros fundadores eram o Conde de Samodães, o historiador Oliveira Martins e os professores Augusto Luso e Joaquim de Vasconcelos. António Moreira Cabral publicou as obras seguintes: O Passamento de Camões, 1888 ; O Naufrágio de Camões, 1889 ; A Camões : comemoração ao aniversário 310º do seu passamento, 1891 ; O Regresso de Camões, 1898. Colaborou na imprensa portuense, com artigos diversos e muitas poesias. Foram ainda editados dois Catálogos, organizados por Joaquim de Vasconcelos, e que contaram com a sua colaboração: Catálogo dos Livros Clássicos e Raros que Compõem a Biblioteca de António Moreira Cabral, 2 volumes, 1908\1909 ; Catálogo da Cerâmica Portuguesa – antiga Coleção António Moreira Cabral, 1909.





A circunstância de não ter descendentes e pelo facto de ter problemas de saúde agravados com a cegueira, compeliu-o a desfazer-se da sua biblioteca, com excepção dos livros que lhe foram autografados com dedicatória,

e das suas colecções de arte. Foi um grande benemérito da Santa Casa da Misericórdia do Porto e da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa no Porto. O seu nome está na toponímia de Paredes.

*Foto do Museu da Irmandade de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Lapa*

A.A.



## JOÃO MATEUS 1867-1955

João Mateus nasceu pelas 11 horas, do dia 26.09.1867, no lugar da Quebradinha, freguesia de Beire (Paredes). Seus padrinhos de batismo foram João Freire e Nossa Senhora do Rosário.

Desde muito cedo, demonstra ter uma aptidão para os estudos, tendo iniciado no Colégio de Santa Quitéria (Felgueiras), provavelmente em 1874 ou 1875. Concluindo os exames de instrução primária, passa a ser estudante no Colégio do Couto de Cucujães (Oliveira de Azeméis), indo mais tarde para Lisboa para se preparar para uma carreira no ramo do comércio, em Inglaterra.

João Mateus era um rapaz paredense, de terras profundamente agrícolas e não dos movimentos agitados das grandes cidades como Lisboa. Mas foi em Lisboa que começou a sentir o chamamento da Voz do Senhor para o servir como mensageiro da sua palavra.

Sentindo-se desconfortável com a agitação urbana suspendeu os estudos e veio viver para Gondalães (Paredes) com a família. Com o apoio do Padre José da Devesa, residente, também, em Gondalães, inscreveu-se, a 15.06.1883, no Colégio do Couto de Cucujães, como aluno externo, para fazer o exame de Francês no Seminário Episcopal do Porto. Igualmente, como aluno externo, até ser admitido, excepcionalmente, no Seminário dos Carvalhos, como aluno gratuito.

A 2.10.1886, termina os estudos preparatórios. A 5.10.1886 matricula-se no Seminário Episcopal do Porto, terminando o seu curso de teológico a 25.07.1889. Tomou as ordens de minorista a 22.06.1888, foi ordenado subdiácono a 21.10.1888 e diácono a 20.10.1889.

A 3.08.1890, foi ordenado Presbítero, celebrando a sua primeira Missa na Igreja de Bitarães (Paredes), cujas despesas foram custeadas pela senhora D. Engrácia, da Casa da Mulra e dos senhores da Casa da Poveira, ambos da freguesia de Bitarães.

De seguida, ficou como Capelão da freguesia de Beire até ser colocado como Pároco na Paróquia de Santo Estêvão de Vilela (Paredes), nos princípios de 1891.

O Padre João Mateus foi nomeado a 22.02.1909, Vigário da Vara do 5º Distrito de Penafiel.

Entre os dias 2 a 5.10.1910, dá-se a Implantação da República e o Clero é desprezado e as suas crenças são ofendidas, mas o Abade de Vilela defende sem medo os direitos da Santa Igreja Católica. Em março de 1911, obedecendo às ordens do seu Bispo D. António Barroso, leu a célebre Pastoral, que o Governo da República tinha interdito, sendo conduzido para a cidade do Porto para ser preso, não chegando a concretizar-se porque o Bispo toma sobre si todas as responsabilidades e exige a liberdade de todos os Padres presos.

Padre João Mateus, já em liberdade, toma o comboio do Porto para Paredes e o povo de Vilela resolve ir esperá-lo à Estação de Comboio de Paredes e conduzem-no em triunfo até à Igreja Paroquial de Vilela.

Os acontecimentos que estavam a ser vividos em Portugal, muitas vezes confundiam o zelo religioso com o partidarismo político e o Abade de Vilela era constantemente acusado de ser conspirador monárquico pelo que, no decorrer do mês de setembro de 1911, é acusado de participar num levantamento popular e de





ser revolucionário do povo, acabando por ser preso.

Da cadeia do Porto, juntamente com mais 47 prisioneiros, segue no navio de guerra S. Rafael até Lisboa, para o Forte de Caxias. Devido às fortes e constantes inundações na cadeia, é transferido para a cadeia central do sistema penal português, o Limoeiro, onde partilha os espaços com ladrões e assassinos. Mais tarde, é transferido do Limoeiro para a cadeia da Relação do Porto e depois para a Penitenciária de Coimbra, onde permaneceu até ao julgamento, que se fez nos dias 11 e 12 de dezembro de 1912. Foi absolvido, juntamente com todos os outros 7 presos do concelho de Paredes, que sofreram 14 meses de dolorosos trabalhos, humilhações e desonras, acusados de crimes políticos, que nunca tinham cometido.

A 14.12.1912 regressa à sua Paróquia de Santo Estêvão de Vilela. A paulatina perda de visão vai dificultando o exercício de funções, sendo operado, a 18.04.1950, no hospital de Santa Maria, na sequência de uma queda. Em janeiro de 1955, o Padre João Mateus já não tem forças para celebrar a Eucaristia.

A 20.03.1955, pelas 13 horas, com 87 anos e 7 meses, falece tranquilamente no leito da sua cama.

No dia do funeral, a 22 de março, a Eucaristia foi presidida pelo senhor Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, natural da freguesia de Milhundos (Penafiel).

O Padre João Mateus pastoreou durante 64 anos, a Paróquia de Santo Estêvão de Vilela, em Paredes.

*Foto da Coleção do autor*

*C. F.*



## **JOSÉ BARBOSA LEÃO** 1818-1888

José Barbosa Leão (1818-1888), natural de Parada de Todeia, concelho de Paredes, distrito do Porto, foi uma personalidade cosmopolita com uma vida invulgar colocada ao serviço de grandes causas.

Formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, ingressa no Exército como Cirurgião servindo em várias unidades militares. Adere à rebelião da Patuleia em 1846 marchando para Lisboa integrando as forças do Conde das Antas. Contudo, estas foram derrotadas pelas tropas do marechal Saldanha em Torres Vedras e José Barbosa Leão foi aprisionado e conduzido para a fragata 'Diana'.

O cárcere durará cerca de meio ano, até Junho de 1847, tendo sido libertado após a assinatura da Convenção de Gramido. Estava aberto o caminho para o exílio. Primeiro, o Brasil onde permanece um ano e meio. Depois o norte da Europa, a França e a Bélgica onde se especializa em medicina militar e presta provas de doutoramento na Faculdade de Medicina de Bruxelas.

Regressa a Portugal em 1851 sendo reintegrado como Cirurgião-Mor do Exército. Em 1854 estava colocado

no Batalhão de Caçadores Nº 8, sediado em Leiria. Por sua iniciativa foi instalado um hospital militar junto ao quartel, conforme o que tinha observado em Bruxelas.

É em Leiria que aprofundará a sua consciência cívica e os seus interesses pela cultura popular e pela educação. Colabora no jornal 'O Leiriense' e assina [juntamente com D. António da Costa, António Rodrigues Cordeiro, Cândido Cau da Costa e Augusto Sousa Bastos] uma petição dirigida à Rainha e dela retenho este parágrafo: "... os países livres garantem hoje o direito da instrução a todas as classes e por que a gratuidade do ensino se acha em muitos deles constituída em dogma".

Ideias muito avançadas para o tempo. É em Leiria que começam a germinar outras duas utopias, a reforma pela ortografia sónica e o iberismo apenas na economia.

Em seguida, teve duas experiências na administração colonial ultramarina ao mais alto nível. Entre 1856 e 1857 desempenha o cargo de secretário do Governador-Geral de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes. Regressando a Portugal, funda com José



Luciano o 'Jornal do Porto', uma importante publicação de natureza política e cultural. Escreveu aí importantes textos doutrinários. Em 1860 é nomeado secretário do Governador-Geral de Angola, Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, cargo que exercerá até 1863. Ainda hoje tem muito interesse ler a documentação de 1862 relativa à supressão do tráfico de escravos. Nos Relatórios Anuais desses Governadores, por ele coordenados e redigidos, podemos seguir os trabalhos administrativos e políticos em que esteve envolvido.

Alarga os horizontes e viaja por Goa e Bombaim, visita Adem e o Egipto. Deslocou-se também a Cabo Verde e a S. Tomé e Príncipe. De novo em Portugal, funda com Teixeira de Vasconcelos o 'Jornal de Lisboa'. É um homem fascinado pelo poder da imprensa. Tem colaboração assinada no 'Jornal do Comércio', no 'Braz Tisana' e no 'Penafidense'.

O seu pensamento sobre a questão colonial era invulgarmente claro: "Disse o meu último adeus às colónias em 1867, dando por concluídas as minhas longas viagens nas quais se contavam duas voltas completas à roda de África. Ao desembarcar em Lisboa, lembrando-me de que 20 anos antes tinha embarcado no Porto saindo a primeira vez para fora da pátria, como me senti mudado quando comparei o meu modo de pensar nas duas épocas! Como eu apreciava diversamente as nossas cousas! Até 1847 eu só tinha examinado Portugal olhando para ele de dentro, à luz do fogo patriótico dos verdes anos; em 1867 tinha-o examinado olhando para ele de fora, e tinha experimentado como os de fora nos tratavam e consideravam, e os 20 anos decorridos tinham dado à razão bastante império sobre a paixão. Por isso, como me senti desiludido, triste e desanimado!".

É neste contexto de enorme clarividência que afirma: "Devemos às colónias a civilização e o progresso; é a obrigação que contraímos com a conquista. Paguemos, pois, a dívida, pondo à disposição delas gente que as saiba governar". Porque, insiste, as colónias "não pedem nada à

metrópole senão quem as saiba governar lá e cá".

O ministro Rebelo da Silva promulga a nova Carta Orgânica das Províncias Ultramarinas, procurando estreitar e apertar todos os nós da rede ultramarina, em evidente contraciclo com as teses de José Barbosa Leão que sugeria a alienação das colónias deficitárias e improdutivas. Estas propostas não vingaram e a História seguiu o caminho que nós hoje sabemos.

José Barbosa Leão foi publicando uma obra invulgar, por exemplo:

Análise do Orçamento ou a Questão Financeira Resolvida, 1868; Considerações Sobre a Ortografia Portuguesa, 1875; Colecção de Estudos e Documentos a Favor da Reforma da Ortografia em Sentido Sónico, 1878; O Futuro de Portugal, 1881 [reeditado em 2019 pela HEXÁGONO: Associação dos Antigos Alunos e Amigos da Escola Secundária de Paredes, com a Organização, Introdução de António Aresta].

Há ainda um enorme conjunto de ensaios dispersos na imprensa a aguardar que possam ser reunidos em volume.

Iberista convicto, José Barbosa Leão foi eleito deputado em 1879, representando o círculo de Luanda. Os seus coevos valorizaram as ideias e o percurso cívico e cultural deste erudito médico militar.

Camilo Castelo Branco imortalizou o seu amigo num generoso parágrafo do seu livro Cavar em Ruínas, publicado em 1866.

D. António da Costa, na História da Instrução Popular em Portugal, cuja 2ª edição é de 1900, cita José Barbosa Leão pelo seu trabalho pioneiro em Leiria.

Cândido de Figueiredo nas Figuras Literárias, de 1906, dedica-lhe um honroso capítulo.

E o seu irmão Manuel Barbosa Leão, cónego de Cedofeita, publica em 1889 as Cartas e Publicações Relativas ao Falecido Dr. José Barbosa Leão.

*Pintura da Colecção da Família*

A. A.

**Continua...**

